

Empresas enfrentam ações no exterior

— Casos como o rompimento de barragem da Samarco entram no foco de tribunais estrangeiros, elevando pressão sobre controle de crimes ambientais e sociais no Brasil

MARCELO GODOY

Adaptar as empresas às questões ambientais, sociais e de governança (ESG, na sigla em inglês), além de uma demanda da comunidade e de investidores, tornou-se necessidade em razão do risco legal às corporações. O motivo é a tendência de tribunais da Europa e dos Estados Unidos de reconhecer a jurisdição daqueles países para julgar ações coletivas em razão de danos ambientais e sociais provocados ao redor do mundo por empresas que têm sede e operações ou onde seus controladores moram. São processos bilionários, um mercado de US\$ 40 bilhões por ano.

Ele atrai fundos de investi-

mento interessados em bancar causas de pessoas como o mecânico Mauro Marcos da Silva, de 53 anos, morador de Mariana (MG), que teve uma propriedade de 2.148 m² destruída em 5 de novembro de 2015 com o rompimento da barragem de Fundão.

Os 45 milhões de m³ de rejeitos de ferro despejados pela mineradora Samarco na bacia do Rio Doce causaram o maior desastre ambiental da história do País. “Até então, eu acreditava que vivia em um paraíso. E a ganância pelo lucro fácil tornou aquilo um inferno em nossas vidas. O paraíso ainda está lá, mas cheio de rejeito de ferro”, diz ele.

O mecânico é uma das 200 mil pessoas representadas pelo escritório de advocacia inglês

PGMBM, que recentemente recebeu £100 milhões (o equivalente a R\$623,5 milhões) do fundo North Wall Capital para promover ações em nome de consumidores “vítimas de injustiças que não têm recursos para processar cor-

Financiamento

R\$ 623,5 mi

foi quanto o escritório inglês PGMBM recebeu do fundo North Wall Capital para promover ações em nome de consumidores “vítimas de injustiças que não têm recursos para processar corporações”

porações”. No caso de Mariana, o escritório contou com financiamento de um fundo brasileiro, o Prisma Capital, que tem ativos alternativos de R\$ 13 bilhões sob sua gestão. No PGMBM nenhuma ação desse tipo custa menos de £ 1 milhão (R\$ 6,2 milhões).

“O financiamento de litígios viabiliza o acesso à Justiça e equilibra as forças em uma disputa”, disse João Mendes, sócio e diretor executivo da Prisma. Com o dinheiro do fundo, os advogados puderam entrar com a ação contra a mineradora BHP Billiton, uma das controladoras da Samarco, em Londres – cujo Tribunal de Apelação reconheceu, em 8 de agosto, a jurisdição inglesa para decidir a disputa que envolve de £ 5 bilhões a £ 7 bilhões (R\$ 31 bilhões a R\$ 43,6

bilhões) – em caso de vitória, o fundo recebe parte da soma.

As mineradoras acusam a estratégia agressiva do PGMBM de captação de clientes, com promessas de vitória fácil, sem que a vítima precise desembolsar um tostão para entrar com a ação em Londres, em troca de 30% da indenização. A BHP Billiton alegou que a ação constitui duplicidade de feitos, pois os fatos tratados na Inglaterra já estão sendo analisado pela Justiça no Brasil. E disse que já desembolsou bilhões de reais em reparações por meio da Fundação Renova. A empresa estuda recorrer à Suprema Corte inglesa. ●

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Economia & Negócios Caderno: B Pagina: 1